



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. MAGALHÃES TEIXEIRA)

ASSUNTO:

Acrescenta dispositivos ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS pelo trabalhador que opta pela permanência em atividade após contar 35 anos de serviço.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II.

A O A R Q U I V O em 09 de 07 de 19 92

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 3006 DE 19 92

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 3.006, DE 1992
(DO SR. MAGALHÃES TEIXEIRA)



Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação de conta vinculada do FGTS pelo trabalhador que opta pela permanência em atividade após contar 35 anos de serviço.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II
Trabalho, de Adm. e Serviço Público
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

PROJETO

(Do Sen.

Em 17 / 06 / 92.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3006/92

11 de maio de 1990,

Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8036/90, de
para permitir a movimentação de conta vinculada do
FGTS pelo trabalhador que opta pela permanência em
atividade após contar 35 anos de serviço.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, pas-
sa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV, renumerando-se os que lhe são
subseqüentes:

"Art. 20.....

IV - permanência do trabalhador em atividade após contar trin-
ta e cinco anos de serviço;"

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A justiça de nossa proposição é evidente e dispensa maiores co-
mentários. Se a própria Lei 8036/90 reconhece esse direito ao trabalhador que
se aposenta, nada mais justo que conceder o mesmo direito àquele que, embora con-
tando tempo de serviço suficiente para se aposentar, opta por permanecer em ati-
vidade. Tais exemplos, e eles existem, devem ser estimulados.

Assim sendo, contamos com a colaboração de nossos nobres pares
para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1992

Deputado MAGALHÃES TEIXEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 20 - A conta vinculada do trabalhador no
FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

IV - falecimento do trabalhador, sendo o sal-
do pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Pre-
vidência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pen-
sões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do
saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil,
indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessa-
do, independente de inventário ou arrolamento;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19/06/92

Secretaria-Geral da Mesa

f1. 2

PROPOSICAO : PL. 3006 / 92
AUTOR : MAGALHAES TEIXEIRA - PSDB/SP

DATA APRES.: 17/06/92

Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei 8.036, de 1990, para permitir a movimentacao de conta vinculada do FGTS pelo trabalhador que opta pela permanencia em atividade apos contar 35 anos de servico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 3.006/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10 / 09 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 3.006/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10 / 09 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário